Publicado em 29/10/2024 - 05:56

Deputados voltam a debater anistia a golpistas do 8/1

CONGRESSO

CCJ vota projeto para anistiar golpistas

A proposta também é vista pelo PL, partido de Bolsonaro, como um caminho para livrar o ex-presidente da inelegibilidade

» LUANA PATRIOI INO

Comissão de Constituição e Justiça (CCI) de Câmara deve votar, hocão e Justiça (CCI) de Câmara deve votar, hoje, o projeto que anisita os envolvidos nos atos golpistas de 8 janeiro de 2023 que culminaram na depredação dos prédios dos Tês Poderes, A proposta, que teve parecer favoravie do relator Rodrigo Valadares (UniãoSE), abrange, inclusive, as perceram apoio logístico ou publicanam mena segares nasa redes sociais dos golpistas.
O projeto é visto pelo PL. como o caminho para reverter a
indegibilidade do ex- presidente de
la Belsonava (O presidente da
lagenda, Valdemar Costa Neto, admitiu, em meados deste mês,
que vai lutar para incluir o exchefe do Executivo na proposta. Ele argumentou que o caminho legislativo é mais "fácil" doque tentar uma decisão favoravel na Justiça Eleitoral. "(O projeto de lei não trata do assumofor de la camara, fraicuir do gualificado pela de Repicto de lei não trata do assumofor de de camara, fraicuir do gualificado pela revel de de Camara, Arthur Lira (PP-AL),
pam discutir o projeto. E contouque pedirá ao parlamentar para
de deri a fraicuir do de porte político
Bolsonavo está inetegível por oto anos á inetegível por oto anes. Paro 2023, ele for cordeado pelo Tribunal
Superior Lietora (TSE) por
abus de poder político
natura de liver de loca de loca de loca de loca de loca de loca de la corria de teltora de 2022. En
julho dequete ano, o então
presidente fez una reunião
correida eletora de 2022. En
julho dequete ano, o então
presidente fez una reunião
correida eletora de 2022. En
julho de poder político na
corrida eletora de 2022. En
julho depute ano, o então
presidente fez una reunião
correida eletora de 2022. En
julho de a libra do
presidente fez una reunião
corrida eletora de 2022. En
julho de loca de presidente da
de proseso eletora, se
apresentar provas.

Se revolve de corte de corte
de de a la luca
de prosesos eletora, se
apresentar provas.

Se revolve da a libra
de provas cortes de reve
presidor de luca de

Abuso de poder político

Ontem, Costa Neto alirmoque vai se reunir como presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para discutir o projeto. E contou que pediră ao parlamentar para conversar com o STE na tentativa de reduzir as penas dos golpistas. "Temos que trabalhar com projeto de anistia, que está no CCI. Tenho uma reunião com o Arthur para falar sobre isso, por que precisa ser dentro da lei. Precisamos disso. Mas precisamos em certar de la Precisamos disso. Mas precisamos em entruvista folobo/ens. A proposta em tramitação ambem derunba todas as medidas de restrição de direitos impostas aos golpistas, como prisão, uso de fornozeleira eletrónica el limitações ao uso de meios de comunicação, plataformas digitais e redes sociais deles. No parecer, Valadarea sagumenta que as sociais deles. No parecer, Valadarea sagumenta que as sociais deles ace a de asolemita que os extremistas, Também diz que os extremistas, T



A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, comandada pela deputada Caroline de Toni (PL-SC), é dominada por parlam

Emendas parlamentares em debate



do aeroporto para

Erika Kokay (PT-DF), deputada federal

O Congresso também discute, nesta semana, o projeto de lei complementar que trata sobre transparência e rastreabilidade demendas parlamentarea. Sa lúderanaças da Câmaran e do Senados revinem para acertar os detalhes de como cumprir as exigências determinadas pelo ministro Plávio Dino, do Supremo l'Ibbunal Federal (SIF), que suspendeu os repasses. O projeto foi apresentado pelo senador Angelo Coronel (PS-D-BA), relator do Orçamento de 2025. Segundo ele, o tetos taeta de dod. Senados as Congresso, que está na expectativa de esse projeto se normatizado. E, na qualidade de relator-geral do Gramento, ha po poderia esperar mais. Esse projeto não é de minha autoria. É de autoria de todo o Congresso, em uma pareria com o Executivo e atendendo também ao Judiciário", destacou ao Correio.

O projeto de lei comple-mentar prevê mecanismos de controle mais rigidos para as chamadas mendas Pix. Pe-lo texto apresentado pelo se-nador Angelo Coronel, essa modalidade de pagamento (fornalmente chamada de Transferência especial') deve-ral priorizar obras inacabadas. Além disso, os parlamen-tares que form autores de emendas Pix terão de infor-mar o objeto junto do valor da transferência. Atualmente, não existe ese tipo de obriga-

da transferência. Atualmente, não existe ses tipo de obriga-ção. Os deputados e senadores podem destinar uma quanti-dade de recursos que vai di-reto ao caixa das profeituras e dos governos estaduais, sem nenhum controle sobre como o gestor público local gastará esse dinheiro.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2